

A VACA LOUCA: TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL ENTRE OS BORORO - MT*

Renate B. Viertler

(Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo)

INTRODUÇÃO

Os Bororo da atualidade sobrevivem à base de uma economia mista baseada na pesca, no cultivo, na caça, na coleta e na comercialização de peixe e artesanato. Segundo Steward e Faron, os Bororo, estimados hoje em cerca de 730 indivíduos vivendo em aldeias espalhadas pela bacia do rio São Lourenço, território do Mato Grosso (em área de missões salesianas: Garças, Meruri; em área de FUNAI: Tadarimana, Piebaga, Córrego Grande e Perigara), seriam classificados como "caçadores e coletores transformados em horticultores". Contudo, as tradições orais revelam o conhecimento de várias espécies de milho nativo presumivelmente cultivado antes do contato com o branco, posteriormente substituídas pelo milho e pelo arroz do civilizado.

O padrão de ocupação da terra desenvolvido pelos Bororo é pouco conhecido pelos etnólogos. No passado, envolvia diversas modalidades de flutuações demográficas entre aldeias. Estas, divididas em metades e clãs

(*) — Ao amigo Renato da Silva Queiroz.

localizados, formavam anéis concêntricos de choupanas dispostas em torno de grandes choupanas centrais, as casas dos homens, abrigando homens e mulheres advindos de outras aldeias.

As flutuações podiam ser ocasionadas por cerimônias fúnebres, que sempre congregavam grande número de indivíduos na aldeia do morto; por guerras, quando grupos dispersos se reuniam para a defesa dos territórios tribais; e por migrações sazonárias durante a estação seca, quando se exploravam territórios mais afastados das aldeias.

Pouco se sabe, também, sobre o padrão demográfico das comunidades Bororo tradicionais, embora se presuma que tivessem havido aldeias populosas com mais de 1000 habitantes, enquanto hoje, fora dos contextos cerimoniais, não passam de 100 indivíduos.

Atualmente, os Bororo costumam utilizar as rotas de comunicação do civilizado quando se deslocam para outras aldeias da mesma tribo. O padrão de modalidade ao redor de cada aldeia foi profundamente afetado, já que a escolha de sua localização passou a ser influenciada pelo civilizado (missionário ou chefe de posto, comerciantes, fazendeiros), que passou também a interferir nos regimes de trabalho adotados pelas comunidades locais. Deste modo, desmantelaram-se as condições sociais que permitiam a utilização das rotas tradicionais que uniam acampamentos de caça, coleta e pesca, capoeiras velhas e demais territórios de exploração econômica.

Esta situação não deixou de se refletir na própria cultura dos Bororo da atualidade. A falta de argila adequada propiciou a adoção de panelas de alumínio; as dificuldades e a morosidade do processo de preparo de alimentos e bebidas tradicionais passaram a estimular a introdução de seus sucedâneos a partir do civilizado; os padrões de pudor do dominador estimularam a adoção de roupas que, por sua vez, engendraram o abandono gradativo da indumentária, das pinturas corporais e dos enfeites tradicionais; a produtividade decrescente das roças em territórios cada vez mais circunscritos nas reservas estimulou a adoção de instrumentos de ferro e máquinas para o cultivo; a rarefação da caça e a inviabilidade total de guerras desestimularam a produção de armas tradicionais, cuja confecção tradicional exige tempo e matérias primas selecionadas; as novas condições de sobrevivência provocaram o reforço cada vez maior de um padrão de adaptação horticultor-pesqueiro, com evidente decadência das atividades de caça e de coleta, e incentivos às estratégias de comercialização com o branco; a crescente desmoralização dos chefes e xamãs desencadeada pela política da tutela do civilizado estimulou a procura de políticas, remédios e benzimentos dos brancos; a imposição de roças coletivas engendradas pelos tutores visando a racionalização capitalista da produção nas reservas propiciou a absorção

desproporcional da mão-de-obra dos Bororo nos trabalhos coletivos e a inviabilização da manutenção de roças familiares, desequilibrando o abastecimento alimentar dos grupos domésticos; a introdução da merenda escolar causou distúrbios à distribuição tradicional de alimentos, já que as crianças consumiam a merenda sem redistribuí-la aos parentes mais velhos.

A sedentarização compulsória sofrida pelos Bororo após a pacificação teve como consequência inexorável a intensificação do cultivo em territórios arbitrariamente demarcados pelo dominador e a exacerbação da pesca, embora a adoção de técnicas pesqueiras civilizadas pareça ter sido posterior à introdução das ferramentas e das espingardas muito cobiçadas pelos Bororo em épocas anteriores à pacificação, quando procuravam obtê-las por intermédio de saques sistemáticos feitos durante as "correrias" mato-grossenses.

A pacificação dos Bororo Orientais ou "Coroados" parece ter sido viável, entre outras razões, pelos constantes ataques que estes sofriam por parte de tribos inimigas, tais como os Xavantes e os Kayapó. Vergados também por epidemias introduzidas desde inícios do século XVIII por intermédio da frente de mineração do Coxipó, os Bororo acabaram se rendendo aos militares na área do médio São Lourenço em 1886, coligando-se a Rondon e aos salesianos em inícios deste século. Apesar da resistência de alguns poucos contingentes de Bororo independentes na área do rio Vermelho e do alto rio S. Lourenço até meados deste século, a sobrevivência dos Bororo da atualidade dependeu dos vínculos que estes lograram estabelecer com os núcleos de povoamento dos seus dominadores.

O processo de redefinição das estratégias de sobrevivência sob o regime da tutela e das reservas territoriais impediu que os Bororo, bem como todas as populações tribais brasileiras, de modo geral, pudessem ter desenvolvido formas de vida econômica mais adequadas ao seu sistema de vida social tradicional. As variedades de plantas e de animais úteis que lhes foram impingidas pelo contacto interétnico não são considerados pelo seu valor de uso, nem pelo seu valor simbólico.

O gado bovino, por exemplo, cuja criação engendra um conjunto de condições físicas e sociais para o criador - a criação de pastos cercados e sua conservação, a obtenção de sal, vacinas e remédios, mão-de-obra adequada, etc. - constitui um interesse econômico externo ao mundo indígena, próprio ao civilizado.

Em termos das preferências alimentares dos indígenas, a carne de gado não se equipara à carne de caça nem ao peixe, e o envolvimento com o gado bovino assume muito mais o sentido de uma concessão às exigências de uma nova ordem

social interétnica do que uma opção de adaptação espontânea em conta as especificidades ambientais das tribos amazônicas.

O gado mato-grossense havia sido introduzido primeiro pelo leste, por meio de uma frente de expansão pastoril advinda do São Francisco, que se espraiava desde o final do século XVII, visando abastecer as áreas de mineração de Minas, Goiás e Mato Grosso. No início da mineração mato-grossense, além do consumo da cana, banana, milho e feijão, dispunha-se apenas da carne de animais domésticos tais como porcos, galinhas e cabras. Não havia gado bovino, que passou a afluir apenas após a abertura do caminho para Goiás em 1747 (cf. Melatti 1967: 19; Camello apud Viertler 1982).

A mineração desenvolvida no Mato Grosso desde inícios do século XVIII acabou por dividir os primeiros ocupantes da área, os Bororo ("Coxiponeses") em dois grandes grupos: os Bororo Orientais ou "Coroados", refugiados na bacia do rio São Lourenço; e os Bororo Ocidentais, no alto rio Paraguai. Estes últimos passaram a viver subjugados, junto a fazendeiros de gado, enquanto os primeiros viviam controlados pelos militares da colônia de Teresa Cristina que, além da lavoura, também introduziam o gado na área do S. Lourenço (cf. Steinen 1940: 579).

As grandes fazendas do Pantanal mato-grossense dispunham de condições físicas propícias à criação de gado, além de contingentes de gado adicionais advindos do oeste, principalmente antes de 1777, quando missões castelhanas e militares brasileiros manobravam grupos indígenas nas zonas de fronteira entre as terras de Espanha e as de Portugal. E, por meio destas manobras, desviava-se também o gado, prática esta que persistiu até o século XIX, segundo o atestam as observações de campo feitas por Koslowski que, durante a sua visita aos Bororo Ocidentais, registrou o roubo de gado como prática freqüente na área.

Durante os últimos 20 anos, recrudescceu o surto de pecuária na área de Barra do Garças e de Luciara, acelerando-se intensivamente o ritmo de ocupação de terras por parte de fazendeiros e posseiros. Intensificaram-se os conflitos de terra bem como as tensões interétnicas entre civilizados e índios Xavante e Bororo nas áreas das missões salesianas do Mato Grosso. Nestas já começavam a se desenvolver tentativas de mecanização da agricultura e de projetos comunitários em moldes empresariais visando a rizi-cultura e a pecuária, tendência esta observada também num projeto de desenvolvimento introduzido pela FUNAI junto aos Bororo de Tadarimana a partir de 1978.

AS RELAÇÕES ENTRE OS BOROROS E GADO BOVINO

Logo após a sua subjugação militar, os Bororo Ocidentais passaram a prestar serviços nas fazendas de gado, enquanto os Orientais passaram a trabalhar para os missionários. Esta situação contrasta com o período pré-contato, quando os Bororo apenas saqueavam e matavam o branco e o gado. Este último só passou a ser consumido após a pacificação (cf. Caldas 1887: 59; Steinen 1940:579).

É importante lembrar que os grupos de Bororo independentes do médio e alto São Lourenço viviam em uma área ainda pouco explorada até meados deste século e não demonstravam interesse espontâneo pelo gado. Sabe-se que o grande chefe Cadete estimulava diversas atividades de produção (cultivo, caça, pesca, artesanato) e que mediava as trocas dos seus subordinados com os brancos e com o S.P.I., mas não se tem notícia de que ele tenha possuído gado. Já entre os chefes Bororo atuais de córrego Grande observa-se a compra e a venda de algumas poucas reses.

De modo geral, pode-se observar que, mesmo quando engajados nas lides com o gado, os Bororo são recrutados para trabalhar em serviços tais como a limpeza dos pastos ou o conserto de cercas. Não existem dados que nos falem de um trabalho fisicamente muito próximo tal como a ordenha, a alimentação, a ministração de remédios, feitos por civilizados.

Embora não dispomos de dados referentes aos Bororo das missões nem aos do Perigara no tocante a este assunto, observamos que nas outras áreas tuteladas pela FUNAI, principalmente em Córrego Grande e Tadarimana dos últimos anos, é o chefe de posto quem cuida do gado, incluindo as cabeças de gado possuídas pelos Bororo. E, tal como entre os Krahó (cf. Melatti 1967: 76), os poucos proprietários de gado são chefes e homens mais velhos.

Até 1977-1978, os Xavante eram desestimulados pelos missionários a cuidar do gado tratado por vaqueiros não-índios, situação que se alterou depois desta data com o treinamento de vaqueiros índios (cf. Menezes 1982: 78-79). Mesmo assim, os Xavante raramente consomem carne bovina e, tal como os Bororo, evitam consumi-la se houver alternativas tais como a carne de caça ou o peixe. Na verdade, tanto entre os Xavante quanto entre os Bororo do Meruri, o abate de gado se dá apenas em condições excepcionais tais como festas, cerimônias, períodos críticos nas aldeias ou pagamentos em troca de serviços prestados para os Xavante (cf. Menezes 1982: 79-80). Também os Krahó preferem a carne de caça, substituída pela carne de gado apenas pela falta da primeira (cf. Melatti 1967: 87), situação esta que os Bororo enfrentam pelo reforço da pesca. Assim, o Bororo que não dispuser de carne de caça, consome o

peixe, e, na falta deste, o Bororo mais tradicionalista, tende a abster-se de qualquer outra carne.

A recusa da carne de gado realça a importância das implicações sócio-culturais dos alimentos. Melatti reitera que para os Krahó as atividades com o gado conflitam com aquelas tradicionalmente desenvolvidas entre os parentes, bem como as atividades cerimoniais (*idem*), constatação aplicável aos Bororo, tal como se comprovará mais adiante.

Vale ressaltar que, no caso dos Bororo, as atividades mais sistemáticas em relação ao gado ocorrem sempre *fora* nunca *dentro* das reservas. O Bororo lida com o gado, sabe ou se propõe a fazê-lo de modo mais previsível apenas num contexto de prestação de serviços ao dominador, no território deste, longe dos controles físicos e morais dos seus parentes, visando a obtenção de dinheiro ou de recursos materiais específicos. Negar-se a tratar de gado em sua própria reserva assume o sentido de negar-se a respeitar a hierarquia social e espacial do seu próprio mundo cultural que, bem ou mal, logrou sobreviver no espaço físico propiciado pela reserva.

As tensões interétnicas da região do Meruri localizada em área de intenso desenvolvimento da pecuária mato-grossense revelaram que os Bororo recorrem às matanças de gado com imensa facilidade. Insuflados ou não, estes índios desafiam a dominação do branco ao abastecer-se com um gado que não lhes pertence face ao depauperamento geral acarretado pelo padrão de ocupação da área. Caçadores e não criadores de gado, no dizer de Melatti, os roubos de gado parecem ser uma resposta adaptativa mais geral, desenvolvida não só pelos Bororo mas também pelos Krahó (cf. Melatti 1967: 116-117). Parecem visar atenuar o impacto de um processo de profunda alteração das condições ambientais desencadeado dentro e fora das reservas, o reduto espacial último e irredutível das populações tribais que não possuem espaço fora delas. O fato das sociedades tribais não eliminarem o gado *in totum* se explica pela necessidade de abatê-lo sigilosamente, à revelia do seu proprietário, e de não poder armazenar a carne. Portanto, o gado do civilizado é uma "dispensa viva", sangrada periodicamente, no intuito de prover um alimento que, se não é valioso, ao menos se presta como insumo mínimo indispensável à regeneração de laços cerimoniais e políticos, alianças e retribuições, fortemente ameaçados pelas condições materiais depauperadas que imperam dentro das reservas.

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL TRADICIONAL DOS BORORO

Apesar das pressões sofridas, persistem entre os Bororo alguns elementos básicos de sua economia política tradicional, manifestos no nível de algumas

práticas cerimoniais associadas a formas de organização do trabalho coletivo, trocas e prestação de serviços cerimoniais. Estes regeneram modalidades de distribuição de alimentos "nobres" à base de recursos tais como a carne de caça, o peixe, milho, tubérculos, etc. Tais modalidades nunca incluem a carne de gado e associam-se a obrigações devidas a parentes falecidos que, representados por "parentes rituais", estabelecem as suas relações durante e após os ciclos funerários.

A celebração de funerais é de grande importância para as aldeias Bororo, já que engendram fartura de recursos materiais, particularmente de alimentos nobre, periodicamente redistribuídos também fora dos ciclos funerários. Neste caso, congregam-se os parentes do morto por intermédio de refeições comunitárias feitas em honra aos falecidos na aldeia, interligadas com os vínculos estruturais que presidem a organização das próprias cerimônias ligadas à vida: a nomeação e a iniciação dos jovens.

As aldeias Bororo da atualidade disputam o direito de realizar o funeral de um dado morto. Chegam a roubar o corpo do finado quando este morre em algum hospital fora da reserva, visando aumentar o prestígio dos chefes cerimoniais bem como o das próprias aldeias.

Apesar de haver resistência por parte de adultos mais jovens que preferem se esquivar das pesadas obrigações associadas aos funerais "de Bororo" e morrer "como civilizado", a maioria dos membros das aldeias ainda prefere um funeral tradicional. Para isto, é necessário viver em aldeias, o palco das cerimônias, "no mato", segundo os Bororo que vivem nas missões. É pequeno o número de Bororo que vive fora das aldeias, pequenos grupos constituídos de famílias que, espacialmente afastadas das suas comunidades de origem, tendem a ter maior abundância de alimentos e outros recursos obtidos por boas roças e pelo comércio mais intenso com o branco.

A economia de prestígio Bororo continua se fundamentando em modalidades de trocas e em recursos materiais obtidos basicamente por atividades tradicionais tais como a caça, a pesca e a coleta, todas associadas a áreas de matas ou de proximidade a estas. A plumária mais valorizada bem como o alimento mais apreciado, a carne de queixada e de anta, dependem da presença da mata, lugar "sujo" freqüentado por caçadores espertos, caçadores de gaviões cujas penas vão ornamentar a cabeça dos chefes máximos.

A roça, lugar de crescimento do milho e das demais plantas destinadas à alimentação, não é incompatível com a caça na medida em que as capoeiras atraem aves e animais terrestres para áreas mais próximas às aldeias. E estas, por sua vez, atraem consigo os predadores, principalmente as onças, cujos couros,

garras e dentes representam troféus dos mais valorizados. A própria presença destes animais selvagens evidencia a regeneração espontânea do ecossistema nas áreas de capoeira, regeneração esta que também influencia as atividades pesqueiras.

Segundo alguns mitos Bororo e estudos recentes das atividades pesqueiras na Amazônia (cf. EB II 1969; Goulding 1983), as matas ribeirinhas constituem garantia da presença periódica de certas espécies de peixes. Em Tadarimana de 1984 era visível a diferença das estratégias de manejo florestal desenvolvidas pelos Bororo e civilizados: uma margem do rio Jerigue, totalmente desmatada, área ocupada pelos civilizados; outra, do mesmo rio, coberta por generosa floresta, área controlada pelos Bororo. Nas águas do mesmo rio, a presença de peixes mortos dinamitados pelos brancos, enquanto outros eram cuidadosamente aprisionados por redes dos Bororo, profundamente irritados com as práticas predatórias do civilizado.

Em suma, como os animais de caça e os peixes dos rios freqüentam áreas "suja", isto é, áreas de mata, e não áreas "limpas", tais como as aldeias e os pastos, existe uma incompatibilidade profunda entre a preservação da vida animal selvagem e a criação do gado à base de pastos naturais ou artificiais (também cf. Woortmann 1983). Soltar gado bovino em áreas de reservas de mata e de cultivo de "coivara" tem o efeito de deteriorar, de modo rápido e incontrolável, as condições delicadas de regeneração espontânea da cobertura vegetal em solos nem sempre muito férteis. O plantio de roças de toco (roças domésticas trabalhadas apenas com o uso da enxada) não envolve muita limpeza do terreno anteriormente beneficiado pelas cinzas das queimadas ao final da estação seca. Já os pastos envolvem um desmatamento mais radical visando o plantio de capins muitas vezes plantados e criados à base de herbicidas que poluem os solos e as águas, além das cercas que engendram novos desmatamentos.

Para os Bororo o problema foi sempre garantir um mínimo de alimentos e de enfeites visando a sua ordem social tradicional. A economia alimentar e a economia de prestígio não poderiam prescindir de um mínimo de matas destinadas à manutenção de certas espécies animais destinadas ao consumo alimentar e à estética, razão suficiente para explicar a reação sistemática frente ao gado: abatê-lo de tal modo que se obtenha um mínimo de alimento indispensável em condições de crescente penúria protéica; e, fazê-lo de tal forma que não se perca o controle sobre o dominador branco, indispensável ao movimento dos recursos necessários dentro da nova ordem social, já que escaramuças e agressões mais abertas poderiam por tudo a perder.

O GADO BOVINO ENTRE OS BORORO DO CÓRREGO GRANDE E O DO TADARIMANA

Em Córrego Grande de 1986, apenas uns poucos chefes Bororo possuíam a sua vaca. O gado não era tratado por eles, mas pelo chefe de Posto encarregado de zelar pelo gado da "comunidade", em outras palavras, pelo gado da FUNAI. Os Bororo também não se interessavam pelo leite de modo que a vaca tinha muito mais o sentido de um investimento monetário ou de uma poupança destinada a momentos de necessidade do que de um valor de uso.

A falta de recursos impediu que a FUNAI estabelecesse pastos, o que acarretou a dispersão do gado de Córrego Grande e de Tadarimana. Introduzido em número respeitável, o gado se reduziu muito, morrendo por falta de alimento adequado, atolado e abatido pelos Bororo.

O padrão de comportamento dos Bororo em relação ao gado bovino contrasta com aquele desenvolvido em relação a outros animais introduzidos a partir do civilizado. As galinhas e os patos, tradicionalmente não comidas também, destinam-se principalmente ao fornecimento de penas para enfeites e para o artesanato vendido fora das reservas, destinando-se preponderantemente a necessidades domésticas. Já os cachorros foram absorvidos pela esfera cerimonial na medida em que são cerimonialmente trocados e acompanham os caçadores nas suas atividades de caça. Em contraste, o gado bovino, prerrogativa de uns poucos chefes, destina-se sobretudo a mediar transações comerciais com o civilizado, já que este último, e não o Bororo, possui um interesse econômico pelo gado.

Em termos espaciais, os porcos, as galinhas, os patos e os cachorros são mantidos nas mediações ou dentro das choupanas, para facilitar a vigilância e impedir roubos de vizinhos. Os porcos são retidos em chiqueiros construídos perto das casas, enquanto as galinhas, os patos e os cachorros co-residem com os humanos, trancados por ocasião de saídas. Na medida em que estão concentrados ao redor e dentro das choupanas, estas espécies não logram alcançar as áreas de roças nem fazer estragos nas plantações.

A presença de gado não-cercado faz com que ele procure o seu alimento disperso pela reserva, capoeiras, plantações etc. Daí ser freqüente a invasão de roças por parte de vacas esfaimadas, causando prejuízos incalculáveis às roças não-cercadas já que os recursos financeiros não foram suficientes para cercar mais do que a própria aldeia do Córrego Grande há alguns anos atrás. Já a Tadarimana jamais possuiu cercas ou curral para o seu gado.

Segundo Woortmann, fazer cercas é cortar paus na mata (cf. Woortmann 1983) que também deve prover a lenha, as roças e demais alimentos e matérias

primas. É provável que a adoção de roupas e cobertores, bem como as alterações arquitetônicas das choupanas, tenham algo a ver com a política de conservação das matas desenvolvida pelos chefes Bororo. A adoção pelos chefes visando aumentar insumos provenientes do mundo externo às reservas para garantir um mínimo de matas dentro delas, basicamente destinadas a prover a abertura das roças e a continuidade do abastecimento alimentar. Também a introdução de armas e de instrumentos de trabalho do civilizado propiciou a redução de desmatamentos adicionais que poderiam chegar a um ponto crítico, implicação que, ao nosso ver, subjaz à tendência que possuem os Bororo para prover-se de alimentos e recursos externos mediante a prestação de serviços, ou a comercialização do artesanato e do peixe.

Dentro deste contexto de esforços no sentido de aliviar a pressão sobre os solos já depauperados em Córrego Grande por meio da comercialização de recursos (cf. Gross 1979) é compreensível que a presença do gado solto e não-controlado subverta quaisquer efeitos racionalizadores de manejo dos espaços internos às reservas.

Contudo, a comercialização de recursos produzidos na reserva destinados ao civilizado, que os consome fora dela, tem limites - os limites necessários ao mínimo de recursos destinados à redistribuição interna necessária à manutenção da estrutura social das comunidades. Os recursos financeiros atualmente injetados nas aldeias do Córrego Grande e do Tadarimana por meio de aposentadorias pagas pelo FUNRURAL são rapidamente dilapidados pelas parentelas e pelas comunidades dos beneficiados na compra de recursos consumidos por todos. Além disso, o acúmulo eventual de recursos materiais é sistematicamente eliminado pelas práticas de destruição cerimonial da propriedade dos mortos, nivelamento periódico este que desestimula a acumulação, a inveja e os ressentimentos dos que não dispõem das mesmas riquezas.

Durante os últimos anos, os Bororo do Córrego Grande e os de Tadarimana intensificaram uma outra modalidade de exploração econômica do civilizado: o da cobrança de recursos em dinheiro, ou em espécie, por direitos de acesso e estadia nas reservas, e pelas informações prestadas pelos Bororo, pelas fotos tiradas ou pelas gravações feitas. Enquanto os chefes de Posto e os missionários se empenhavam em desenvolver projetos rentáveis à base de empreendimentos agro-pecuários dentro das reservas, os chefes Bororo não deixaram de se empenhar por barganhar e comercializar de formas muito variadas os direitos do civilizado de entrar e desfrutar do seu espaço físico. A estratégia deste tipo de atitude foi desenvolvida há mais tempo pelos índios Karajá, muito adaptados à presença dos turistas e visitantes. Já os Xavante dos tempos recentes passaram a cobrar o aluguel dos pastos porventura utilizado pelo gado das missões.

Outra modalidade de captação de recursos monetários é a venda de madeira, estratégia que poderia explicar também a exarcebação da política de conservação de matas por meio da adoção de insumos externos, alimentos e artefatos do civilizado, visando manejar o corte das árvores para determinados objetivos comunitários. A estratégia do corte e venda de madeira é proibida pela FUNAI e pelo IBDF apenas porque ela deve ser praticada pelo próprio órgão tutor e não pelos índios, visando garantir os seus interesses econômicos, muito divergentes, por sinal, daqueles prezados pelas comunidades locais.

As barganhas desenvolvidas pelos Bororo junto aos civilizados centram-se fundamentalmente na idéia de que as terras das reservas devam reverter sob a forma de direitos especiais para as populações indígenas que nelas habitam. Tais direitos não se confundem com os direitos de que elas desfrutam enquanto tutelados pela FUNAI, ou pelos missionários. Portanto, trata-se de acordos entre "índios" e civilizados que não sejam da FUNAI, nem da Missão Salesiana.

A exarcebação destes direitos "costumeiros" e não-oficializados por parte dos índios constitui um processo de adaptação ao depauperamento material dos territórios das reservas e ao recrudescimento das lutas pelas terras à base dos surtos de "grilagem por procuração", processo este que estimulou fortes conflitos sociais no Mato Grosso. Dentre eles, ressalta a invasão das terras da reserva de Teresa Cristina, ameaçada por loteamentos, e das terras da reserva do Meruri, culminando no episódio da "chacina do Meruri" em 1976, estimuladas por litígios quanto a fronteiras entre as propriedades, que haviam se tornado imprecisas face ao surto de novos títulos de propriedade.

Neste episódio, os Bororo do Meruri atacaram o gado dos fazendeiros vizinhos, aparentemente apoiados pelos missionários. No que concerne aos Bororo do S. Lourenço, é pouco provável um endurecimento por parte dos Bororo, já que ele não interessa nem à FUNAI, nem aos chefes de Posto que, de certo modo, em nível local, dependem da solidariedade dos vizinhos em condições de acentuado isolamento e falta de recursos financeiros. Apesar das invasões e de um loteamento, os Bororo do Córrego Grande de 1986 diziam que quem devia zelar pelas terras da reserva era o chefe de Posto, não eles. E, segundo um chefe do Tadarimana, a política que este desejava desenvolver era a de "deixar todos chegarem à aldeia, padre, antropólogo, bispo, americano, deputado, Polonoeste, contanto que traz 'alguma coisa' para comunidade".

Apesar da variabilidade de posturas individuais frente ao civilizado, parece haver uma política interétnica comum a todos os chefes de comunidades Bororo. Acreditamos que a exacerbação da hostilidade frente aos fazendeiros do Meruri só pôde emergir na medida em que os Bororo contavam com a anuência dos missionários. Abateram-se diversas reses pertencentes a civilizados consumidas

em churrascos, sem que se chegasse ao massacre dos próprios civilizados. O padrão de matança de gado, espécie de sucedâneo do civilizado que não pode ser morto, repete-se também entre os Bororo da FUNAI, tal como se poderá observar mais adiante.

TAPIRA (O GADO BOVINO) E O COSMO BORORO (*BOE*)

A vaca não possui um lugar no cosmo Bororo, coisa que não acontece com a galinha, o burro e o cavalo que, juntamente com o arroz cultivado, a cana-de-açúcar e a banana, são associados ao lugar designado de *Bokodori* (Tatu-canastra), o mesmo ocupado pelo *Baraedo* (Civilizado). Todos que ocupam este lugar são membros de um mesmo clã e desfrutam de baixo prestígio quando comparados com os membros de clãs que ocupam outros lugares do cosmo. A diferenciação de prestígio expressa-se, entre outras coisas, pelo fato de *Bokodori* não terem o direito de usar coroas de penas feitas com penas do gavião real, privilégio este exclusivo dos clãs mais importantes da sua metade.

A origem mítica do civilizado e dos seres vivos a ele associados remonta ao ancestral *Jokoramodogedo*, do clã *Paiwoe* (Bugio) possuidor da canoa e da farinha de mandioca, também de pouco prestígio social. O ancestral cria os *Barae* (civilizados) separando-os dos *Boe* (índios Bororo) já que os primeiros só podem viver "longe", em outros espaços que não aqueles ocupados pelos últimos.

De acordo com alguns mitos do ciclo dos irmãos Sol e Lua, os civilizados são associados claramente a seres maléficos, mortais aos Bororo, semelhantes mas não idênticos às cobras venenosas, aos inimigos e aos espíritos maléficos designados de *Bope* (coisa ruim).

As cobras possuem os seus caminhos na terra, respeitados pelos Bororo que deles se afastam. Da mesma forma, os *Bope* e os inimigos tribais possuem suas moradas e áreas de perambulação, descritas nos mitos e nas lendas dos heróis tribais.

Já os civilizados, muito populosos em suas "aldeias grandes" (*baa kurireuge*= cidades), são incontrolláveis, embora devessem ficar no seu espaço, isto é, longe dos Bororo. Os civilizados são integrados no cosmo da aldeia sob a forma de indivíduos isolados por intermédio das cerimônias de adoção clânica em que se outorgam nomes pessoais. Enquanto comunidades de vida ou populações, os civilizados destinam-se a permanecer afastados.

Na medida em que os civilizados não seguem as regras estabelecidas pelo mito, tornam-se seres imprevisíveis e incontrolláveis. É muito descontrolado e

tolo, o civilizado constitui a antítese dos heróis tribais e dos xamãs enquanto expressão de auto-controle e de sabedoria. Os chefes são sábios enquanto os civilizados, totalmente fora das normas da sociabilidade, são loucos. Só loucos para invadir os espaços destinados a outros, sem pedir a autorização dos encarregados do bem-estar das comunidades, enquanto os chefes reencarnam o senso de oportunidade, a esperteza e a generosidade só atingível àqueles que sabem prever à base do conhecimento das tradições.

Tapira, o gado bovino, é um companheiro de *Baraedo*, o civilizado, e como tal deve ficar no espaço do seu chefe humano. Na medida em que o civilizado introduz o gado solto nas reservas, este só pode sobreviver às custas do roubo de alimento que não produziu a vegetação das roças e capoeiras trabalhadas pelos Bororo. Neste sentido, *Tapira* é igual ao civilizado, seu chefe, que, para sobreviver dentro da reserva também depende do trabalho dos *Boe* (índios Bororo).

Intrometendo-se na reserva, sem autorização e sem lugar fixo, *Tapira* pisoteia, devora e destrói o produto vegetal do esforço do Bororo, num transitar sem destino, tal qual um desvairado que, surgindo em lugares errados, na hora errada, acaba estragando tudo.

Ao contrário das onças da mata, sedutoramente perigosas, desafiando a força e a glória do caçador, os *Tapira* são estúpidos porque engendram situações desprezíveis e irritantes.

No Córrego Grande, eram tão desprezíveis que os chefes Bororo autorizaram que duas vacas fossem empurradas barranco abaixo para que, jogadas no rio, pudessem ao menos prestar-se a serem consumidas como churrasco, empreitada realizada durante a ausência do chefe de Posto. E, sem faltar à lógica de tamanho desprezo, certo dia, em Tadarimana, uma mulher quis ir pegar água para cozinhar para os parentes, quando se deparou com uma vaca que lhe cortava o caminho. Assustada com o olhar da vaca, a mulher voltou e não cozinhou aquele dia. Os chefes e Tadarimana mandaram abater a vaca fazendo-se um grande churrasco. Ao justificarem a sua decisão frente ao espanto do chefe de Posto, os Bororo simplesmente afirmaram que a vaca tinha que ser abatida porque, tendo olhado de um jeito esquisito para uma mulher que queria ir pegar água no rio, só podia ser uma vaca louca (comunicação pessoal de Serpa 1984).

BIBLIOGRAFIA

- ALBISETTI, C. E. e Venturelli, A. J. *Enciclopédia Bororo I*. Museu Regional Dom Bosco, Campo Grande (EB I), 1962.
- _____. *Enciclopédia Bororo II*. Museu Regional Dom Bosco, Campo Grande (EB II), 1969.
- BALDUS, H. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 101, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.
- CALDAS, J. A. *Memória Histórica sobre os Índigenas da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1887.
- DAVIS, S. H. *Victims of the Miracle. Development and the Indians of Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- GOULDING, M. "Amazonian Fisheries". In: Moran, E. (ed.) *The Dilemma of Amazonian Development*. Colorado, Westview Press/ Boulder, 1983.
- GROSS, D. "Ecology and Acculturation among native people of Central Brazil". *Science*, vol. 206: 1043-1050, 1979.
- MELATTI, J. C. *Índios e Criadores. A situação dos Krahó na área Pastoril do Tocantins*. Monografias do I.C.S. - 3, Rio de Janeiro, 1967.
- MENEZES, C. "Os Xavante e o movimento de fronteira no leste matogrossense". *Revista de Antropologia*, vol. 25: 63-87.
- MIGUEZ, J. M. G. *Chacina do Meruri. A verdade dos fatos*. São Paulo, Editora A Gazeta Maçônica. S.d.
- MONTENEGRO, O. P. "Estrutura e ritmo da sociedade bororo:.". *Boletim do Museu Nacional, N.S., Antropologia* 22, Rio de Janeiro, 1963.
- STEINEN, K. v. d. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. Separata da revista do Arquivo Municipal, n°s XXXIV a LVIII. São Paulo, Departamento de Cultura, 1940.
- TAVERNER, C. J. "The Karajá and the Brazilian Frontier". In: Gross, D. (ed.) *Peoples and Cultures of Native South America*, part VI, 24: 433-459, N. York, Doubleday / The Natural History Press, 1973.
- VIERTLER, R. B. *Aroe j'Aro. Implicações Adaptativas das Crenças e Práticas dos Bororo do Brasil Central*. Tese de Livre-docência inédita, São Paulo, USP, 1982.
- WOORTMANN, E. F. "O sítio camponês". *Anuário Antropológico* 81: 164-203, Rio de Janeiro, 1983.